

Governo usa decreto pela primeira vez

BRASÍLIA — Pela primeira vez, o Governo utiliza o decreto-lei, ao invés de encaminhar ao Congresso projeto de Lei de Excesso, para promover a atualização do Orçamento Geral da União. Em nota distribuída à imprensa ("Razões para a Adoção do Decreto-Lei), no início da noite de ontem, o Ministério do Planejamento justifica a medida em "função de razões de urgência e de interesse público". A nota afirma que a Constituinte absorve a atuação dos parlamentares e não haveria tempo hábil, mesmo com adoção do regime de urgência, para apreciação de um projeto de lei.

Caso fosse adotada a tradicional sistemática de envio de projeto de lei, o Presidente José Sarney enviaria mensagem ao Presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), que realizaria sessão conjunta das duas casas para leitura da mensagem. A partir daí, haveria o prazo de 60 dias para rejeitar ou aprovar. Mesmo assim, ainda existiria o prazo de realização de até 10 sessões sucessivas para apreciação, caso contrário, seria aprovado por decurso de prazo.